

## Filosofia da Lingüística

A Filosofia da Lingüística (FL) é uma subdisciplina da Filosofia da Ciência (FC) e consequentemente, deve representar seus problemas como instâncias de questões mais gerais sobre natureza do conhecimento científico. Dado (A) abaixo, por exemplo, em FC, (B) é uma pergunta análoga em FL.

(A) O objeto de uma teoria científica pré-existe a ela, ou tem sua existência construída nela?

(B) O objeto da Lingüística pré-existe a ela, ou tem sua existência construída nela?

À primeira vista, a resposta parece obviamente positiva de (A) para (B), à medida que plausível supor-se que uma disciplina científica surja como teoria descritiva e explanatória de algum objeto que se pretende conhecer. Assim, existe o universo e suas leis, e constituem-se as ciências naturais assim, existe a linguagem humana, e faz-se a Lingüística. Ainda dentro desse tipo de compreensão, parece natural que o desenvolvimento próprio da teoria científica se dê a partir de observações corretas sobre o diversos fenômenos que constituem o objeto em suas propriedades intrínsecas. De forma análoga, evolução da Lingüística parece caracterizar-se a partir das adequadas descrições decorrentes de acuradas observações sobre a constituição da nossa linguagem. Nessa perspectiva, a ciência, em geral, consistirá num conjunto de informações sistemáticas, de princípios e leis, cuja finalidade específica seria a de explicar, cada vez mais, a natureza dos fenômenos sob investigação. À Lingüística científica caberia então, o compromisso de alcançar sua adequação explanatória, esclarecendo, gradativamente, os aspectos essenciais constitutivos dos fenômenos lingüísticos. Tal quadro, entretanto, de uma clareza tranquilizadora, mostra-se, lamentavelmente simplificador, pleno de questões altamente problemáticas que têm merecido grande número de textos e enorme quantidade de energia argumentativa por parte de alguns dos mais expressivos filósofos dos últimos cinquenta anos. De fato, ao nível da FC, um acirradíssimo debate sobre questões metafísicas, ontológicas e epistemológicas que envolvem o conhecimento comum e o conhecimento científico tem sido formatado ao redor do tópico “realismo vs anti-realismo”, envolvendo pessoas como Quine, Putnam, Dummett, Bas Van Fraassen, Armstrong, Devitt entre outros, com apelo a filósofos da tradição de Kant, Berkeley, Locke, Wittgenstein, etc.<sup>1</sup> No âmbito das investigações sobre a linguagem, tais questões têm sido levantadas de maneira um tanto fragmentária e superficial, provavelmente porque apenas a partir do século XX a Lingüística começa a compartilhar metodologias com as ciências formais e naturais, dentro das quais tais problemas têm tido especial interesse. De qualquer forma, Humboldt, Jespersen, Saussure, Bloomfield, Sapir, Chomsky, Montague, Katz e Fodor são alguns dos que têm discutido sobre a metodologia da Lingüística e seus compromissos ontológicos.<sup>2</sup>

Em termos de FC, o problema crucial que deslança a batalha argumentativa pode, entre outras inúmeras formulações, ser identificado de maneira simples: é possível que existam os objetos do mundo independentemente do nosso conhecimento? O encaminhamento de respostas, então, passa por um espesso caminho conceitual que envolve as problemáticas noções de linguagem, verdade, referência, significado, observação, etc. Realistas, por exemplo, como Devitt, pensam que sim. Que os objetos que fazem parte da nossa realidade observável existem, e suas propriedades podem ser descobertas, desde que a abordagem científica em pauta seja verdadeira; anti-realistas, como Dummett, pensam que condições de verdade estão no âmbito de condições de asseribilidade. Que o que existe depende da possibilidade de justificarmos a asserção sobre suas propriedades. Van Fraassen pode ser descrito como um realista sobre

existência dos objetos na relação com o senso comum, mas um anti-realista sobre o conhecimento científico.<sup>3</sup>

Traduzindo o que seria relevante em FC para a FL, o debate poderia girar em torno das suposições assumidas sobre a natureza da linguagem humana e suas propriedades tomadas como essenciais. Como se disse antes, a Linguística, em sua organização mais sistemática e maior pretensão de cientificidade tem apresentado resultados mais relevantes praticamente do início do século XX para cá. Isso significa dizer que os problemas de fundamentação metodológica da disciplina têm percorrido caminhos mais simples e menos complexos, não tendo ainda se defrontado com as dificuldades enfrentadas em áreas como a Física ou a Matemática, onde a discussão sobre a possibilidade de justificação do conhecimento científico tem sido intensa. Isso posto, trata-se de fazer, primeiro, uma rápida inspeção sobre questões metodológicas da teoria da linguagem em suas tendências expressivas mais recentes para, posteriormente, inserir tais reflexões no contexto mais pesado do debate.

Consideremos, para isso, Saussure(1916), Bloomfield(1933), Chomsky(1955/1995) e Montague(1974), quatro parâmetros diferenciados e típicos na história mais recente da teoria da linguagem, para uma primeira tentativa de gerar um quadro elucidativo das diversas direções metodológicas e seus fundamentos, ao nível, então da FL.<sup>4</sup>

Saussure (1916) representa, na abertura do século XX, uma expressiva contribuição na definição metodológica e teórica da ciência da linguagem. Ele desloca o ponto de investigação da própria concepção comparativista e historicista em que ele foi formado para uma noção de linguagem centrada sobre a idéia de estrutura. Assumindo a perspectiva de uma linguística enquanto ramo da Semiologia e da Psicologia Social, Saussure desenha um conceito de língua (*langue*) como sistema de signos, socialmente determinado pela prática histórica dos indivíduos (*parole*). Língua e fala constituem a dicotomia fundamental através da qual Saussure separa o essencial do acidental e focaliza o objeto primeiro da teoria linguística. Provavelmente inspirado na noção de fato social de Durkheim, ele delineia metodologicamente a teoria da linguagem rumo à investigação do sistema abstrato, construção social em última instância, assentada sobre o papel representacional dos signos em suas relações recíprocas. Por esse ângulo, Saussure concebe a linguagem humana como algo enraizado na mente coletiva, mediante a ação objetiva das comunidades que compartilham aquele sistema simbólico. A linguagem é, então, um instrumento estruturado a serviço da comunicação social. É um objeto, na percepção saussuriana, possibilitado, de um lado, pela natural disponibilidade fisiológica humana para a fala, e, de outro, pela realidade social externa a cuja organização o sistema linguístico é, em certa medida, subserviente.

Bloomfield (1933) caracterizou uma influente proposta de teoria linguística, na primeira metade do século, em que a investigação sobre a linguagem humana se desenvolvia dentro de um quadro científico fornecido pela Psicologia Behaviorista, tal como defendida por pessoas como Weiss, de quem Bloomfield reconheceria, explicitamente, a pesada influência. Bloomfield, como Weiss, acreditava na possibilidade de uma linguística como disciplina autônoma, cujo estatuto científico fosse garantido pelo mecanicismo objetivista dos mesmos princípios que estimulavam o behaviorismo na Psicologia. A idéia básica era a de que se pode interpretar o comportamento humano ao nível biofísico, em que tudo se deve a uma relação interna de respostas do indivíduo aos estímulos externos, e ao nível biosocial em que os estímulos de um indivíduo, linguísticos, por exemplo, provocam respostas em outro, caracterizando o comportamento comunicativo que é produzido no âmbito social. Bloomfield, obviamente, descartava aspectos mentais subjetivos, apelo à consciência, semânticas internas, enfim, tudo que pudesse ameaçar os alicerces observáveis, compatíveis com os ideais de ciências naturais recomendadas pelo positivismo na época.

Chomsky (1955 ...) provocou mais uma verdadeira convulsão metodológica na linguística, aderindo, na década de 50, ao movimento crítico contra os alicerces mecanicistas do behaviorismo, em nome do cognitivismo emergente sustentado pelas novas perspectivas abertas, especialmente pela computação

E, mais uma vez, a teoria da linguagem se viu determinada pelo paradigma das ciências naturais, agora porém, sob a inspiração de um empirismo mais abstrato e sofisticado, compatível com a matematização crescente em áreas como a Física, Química e Biologia. O naturalismo americano já podia se estabelecer em níveis mais promissores com as investigações não-dualistas sobre o eixo cérebro-mente. Chomsky (1955), de fato, começou pela via do formalismo mais independente, dotando a teoria da gramática de um mecanismo de regras recursivas capazes de gerar as infinitas construções lingüísticas permitidas pelo sistema. Pouco tempo depois, articulou, dentro das expectativas da época, a sua concepção de lingüística aos propósitos da promissora Psicologia Cognitivista propugnada por teóricos como G. Miller que reconheceu em Chomsky, de imediato, um dos ícones da geração anti-behaviorista. Chomsky, desde o início, representou um dos mais devastadores ataques a dois movimentos da tradição lingüística. A defender a concepção de que a linguagem é uma propriedade de sustentação genética, uma espécie de órgão do cérebro-mente, determinada num módulo especializado por uma forma de gramática universal Chomsky desferiu, duplamente, contra os pilares da tradição behaviorista e, concomitantemente, contra as bases da concepção social da linguagem. Era uma nova perspectiva metodológica para os ideais da lingüística científica que se abria. Chomsky, motivado por um estilo à Galileu e reinterpretando o racionalismo cartesiano, tornava possível o casamento da tradição empírica de descritivismo lingüístico com as exigências próprias dos emergentes. A sintaxe seria, evidentemente, o componente privilegiado. Aliás, na esteira russelliana, tudo o que pode ser descrito está nos limites da forma, o que equivale a dizer na perspectiva de Chomsky, tudo o que é relevante é, de algum modo, sintaxe. O programa gerativista que se abriu, então, na década de 50, foi, e continua sendo, um dos que mais impacto provocou na história da lingüística, reabastecido, com certeza, pela notável longevidade teórica de Chomsky. No presente momento, o programa minimalista, inspirado em leis de economia e de otimalidade computacional proposto em Chomsky (1995) como um roteiro frutífero de investigações, já traz expressivos resultados para a lingüística como ciência natural especial.

Montague (1974) representa o primeiro programa de investigação da linguagem natural de grande repercussão que rompe com a tradição de enraizar a Lingüística no interior da Psicologia e conseqüentemente, como um ramo das ciências naturais. Para Montague, a linguagem natural humana não se distingue essencialmente de uma linguagem artificial construída. Exatamente por isso, é possível investigá-la dentro de uma disciplina formal como a Lógica e a Matemática. Montague assume, com Chomsky (1955) fez, a hipótese de descrever a estrutura da nossa linguagem mediante formalismos precisos, que permitam explicitá-la sintaticamente. O ponto central de divergência com o programa gerativista, entretanto, está no fato radical de que, sem assumir posições mentalistas, Montague não privilegia a sintaxe nem lhe concede a autonomia que Chomsky lhe atribui. Para Montague, sintaxe e semântica representam componentes da teoria da linguagem a serem construídos de maneira integrada em uma interface explicitamente isomórfica. Mas, em última instância, é a semântica que dirige a direção do processo, impondo restrições sobre a sintaxe subserviente, então, ao complexo formal. Trata-se, por exemplo, na Semântica de Montague, de assumir o princípio fundamental da composicionalidade em que o sentido da estrutura molecular é uma função do sentido das estruturas atômicas que a compõem. Isso evidentemente, não se estabelece apenas ao nível lexical, mas ao nível da organização sintática, da ordem dos componentes que constituem tal organização. A explicitação formal do significado, portanto, depende primeiro, da determinação de sua sintaxe, tendo em vista a posterior interpretação ao nível semântico. Montague opera com a semântica das línguas naturais dentro dos padrões usados pela semântica da Lógica, em última análise, com a teoria de modelos, na tradição aberta por Tarski, de significado enquanto equivalente à noção de condições-de-verdade. Na inspiração declarada de Frege, o programa de investigação de Montague assume a utilização de dispositivos modais que permitem construir uma semântica intensional onde a interface com a sintaxe seja amigável. Como acontece com o gerativismo, Semântica de Montague também sobrevive nos dias de hoje, estimulando muitas formas de expansão.

como a de Hans Kamp (1993), por exemplo, especialmente pela sua reconhecida potencialidade para implementação computacional.

Dentro desse quadro sintético de direções paradigmáticas diversas, pode-se compreender melhor o lugar e a natureza da teoria da linguagem humana, que cada programa assume, se se importan agora, então, certas condições do debate em FC, para avaliação em FL, dos fundamentos da teoria da linguagem.

Assim, suponhamos que, como na tradição kantiana, que tem inspirado posições como as de Putnam, Kuhn, entre outros, o objeto da investigação em si mesmo seja assumido como inacessível, sendo vindo a ser conhecido o conjunto de propriedades que lhe é atribuído já no interior de uma metodologia que o institui como fenômeno de relevância científica. Isso posto, a linguagem humana, enquanto objeto construído por uma teoria lingüística será aquilo que a teoria, desde que ela seja assumida com consistente e verdadeira, diz ser o caso. Em princípio, tal movimento, digamos construtivista, não implica a possibilidade de um compromisso radical com a idéia de que a linguagem humana só existe na dependência do conhecimento humano. Podemos supô-la, como em Chomsky, propriedade da natureza do cérebro/mente própria da nossa espécie. Ainda assim, ao nível da investigação científica, podemos considerá-la como dependente da opção teórica assumida. Em palavras mais simples e diretas: linguagem é uma propriedade da natureza humana, nesse sentido, existe de fato, mas, enquanto objeto de pesquisa científica pode ser construída a partir de propriedades selecionadas como relevantes na teoria em jogo. Isso quer dizer, em última análise, que teorias lingüísticas podem ser múltiplas, adequadas e não compatíveis. Tudo depende das suposições assumidas ao nível da fundamentação, onde não se tem verdadeiro ou falso, mas o plausível como ponto de partida da investigação. Na história recente da Lingüística, por exemplo, tudo poderia ser mais elucidado se se assumissem as diversas direções metodológicas mencionadas como determinadas por suposições tomadas como diretrizes dos programas de estudo. Três poderiam ser, por exemplo, as funções essenciais da linguagem humana a servirem como alternativas de fundamentação assumidas.

a de comunicar

a de conhecer

a de pensar

Nessa perspectiva, Saussure e Bloomfield assumiram uma noção de linguagem, supondo-a essencialmente, subordinada à função comunicativa. Saussure, entendendo a comunicação social com forma de organização e transmissão do conhecimento, e Bloomfield, compreendendo a linguagem com comportamento socializado. A diferença básica, entre eles, está no tipo de metodologia lingüística praticada. Enquanto o sistema de dicotomias saussurianas estava preso a uma concepção de estruturas abstratas, depreendidas das formas de prática social da linguagem, Bloomfield sustentava um descritivismo formal, enraizado em práticas comportamentais observáveis. No primeiro caso, é como se o fato social fosse assumido como constitutivo; no segundo, o fato social decorre da ação comportamental dos indivíduos. Daí por que o tipo de Psicologia que subjaz em ambos difere como diferem as áreas sociais das naturais.

A função cognitiva da linguagem poderia ser caracterizada a partir do complexo informativo de forma e conteúdo, incorporado pelo indivíduo em sua rede interna cérebro-mente. Tal conjunto de informações, dinâmico por natureza, estaria disponível aos mecanismos inferenciais e comunicativos exatamente através da linguagem enquanto processo racional tipicamente humano. Tal linguagem ao nível das estruturas genéticas, próprias da nossa espécie, constituiria um módulo específico cuja sintaxe seria então, caracterizada por princípios universais. Tal base genética, enraizada na neurofisiologia do cérebro caracterizaria o suporte para as funções representacionais de nível mais alto, mentais, por hipótese, serviço da função cognitiva da linguagem. O programa gerativista de investigação, tal como proposto por

Chomsky (1995), teria mais ou menos a direção sustentada pelo quadro acima, organizando-se a teoria da gramática como a tentativa de adequada explanação dos princípios universais a partir de adequada descrição das estruturas das diversas línguas em suas intersecções formais. Tal como concebida, a lingüística teria como objeto um fenômeno natural, propriedades do cérebro-mente no módulo da linguagem, para investigar, associando-se às demais ciências naturais, mais especialmente à Psicologia Cognitiva.

Na perspectiva de Montague, anteriormente referida, o cenário ainda seria o da função de conhecer via linguagem, com uma essencial diferença, entretanto. O conhecimento não seria assumido como propriedade *interna* de representações, mas como relação sistema simbólico-mundo, de caráter, portanto, *externo* às condições puramente cognitivas. No horizonte montaguiano, o conhecimento é objetivo e possui uma natureza apreendida por um sistema representacional, a linguagem, por exemplo, cuja organização é, em si mesma, uma entidade formal pressupostamente construída. Não se poderia dizer, provavelmente, que a base genética da linguagem humana fosse uma hipótese excluída da concepção montaguiana; apenas, o que seria mais correto supor é que, para ele, tal base natural não era o objeto essencial de uma semântica da linguagem natural, dado que o fundamental para o conhecimento objetivo estava na forma representacional de a linguagem referir as entidades do mundo.

Saussure e Bloomfield assumiram uma noção de linguagem, supondo-a, essencialmente subordinada à função comunicativa. Saussure, entendendo a comunicação social como forma de organização e transmissão do conhecimento, e Bloomfield, compreendendo a linguagem com comportamento socializado. A diferença básica, entre eles, está no tipo de metodologia lingüística praticada. Enquanto o sistema de dicotomias saussurianas estava preso a uma concepção de estrutura abstratas, apreendidas das formas de prática social da linguagem, Bloomfield sustentava um descritivismo formal, enraizado em práticas comportamentais observáveis. No primeiro caso, é como se o fato social fosse assumido como primitivo; no segundo, o fato social decorre da ação comportamental dos indivíduos. Daí por que o tipo de Psicologia que subjaz em ambos difere como diferem as áreas sociais das naturais.

Até aqui, parece que os programas de investigação lingüística examinados priorizam as funções ligadas às atividades de conhecer e comunicar. E quanto à relação da linguagem com propriedade de pensar ou inferir? Ou, em outros termos, o que dizer da forma de raciocinar através da linguagem? Certamente, poder-se-ia sustentar que pensar é uma atividade imbricada nas duas outras mencionadas. Pensa-se para conhecer e para comunicar. Além disso, sabe-se ainda muito pouco sobre a atividade de raciocinar. Ela parece envolver propriedades de sistemas centrais, de consciência, de decisão entre outras, que acabam por construí-la de uma complexidade inabordável, pelo menos com a desejável segurança. Tal argumento, entretanto, não seria suficiente para justificar a pouca atenção dedicada às formas de pensar lingüisticamente. Se as investigações sobre a natureza do pensamento ainda são embrionárias, não se pode dizer muito diferentemente das teorias cognitivas e da comunicação. Além disso, a adequada abordagem do problema deveria ser invertida. Não se deve supor a existência de teoria da cognição em geral ou da comunicação em geral, para só então admitir-se uma teoria da linguagem naquela interface. Ao contrário, trata-se, como em Chomsky, de tomar-se a possibilidade de investigação do conhecimento da linguagem como instrumento para fazer avançar o conhecimento de outras propriedades cognitivas. Se a linguagem é o canal acessível, por ela se começa. Da mesma forma, a Lingüística vem sendo um ponto de referência importante para o desenvolvimento das pesquisas sobre comunicação. Mesmo que outras formas de comunicação mereçam disciplinas especializadas, a linguagem natural ainda é, certamente, o mais típico dos instrumentos de comunicação humana. Isso significa, em outras palavras, que a teoria da linguagem é potencialmente importante, pelo fato de que o seu objeto

instrumento privilegiado para o desenvolvimento das teorias cognitivas e comunicativas, mais complexa e menos bem conhecidas. Mas, se isso é assumido como correto, o fato, então, de a capacidade de raciocinar ser extremamente problemática e de difícil abordagem constitui-se em mais uma forte razão para que se trabalhe na modelagem das propriedades inferenciais da linguagem, o que, por hipótese, pode trazer interessantes elucidações sobre a interface linguagem-pensamento.

1 Para uma avaliação dos argumentos clássicos sobre o tópico, veja-se Devitt(97) “ Realism and Truth ”, segunda edição.

A coletânea de textos “The Philosophy of Linguistics”, organizado por Katz(85) introduz a discussão para o debate contemporâneo.

3 Cf. Devitt, op.cit., Dumett(1982) e Van Frassen(1980).

4 A seleção de tais lingüistas se deve ao fato de que todos praticaram Filosofia da Lingüística, assumindo responsabilidade de reflexão e explicitação de procedimentos metodológicos, bem como caracterizam programas de investigação pioneiros e de reconhecida contribuição à constituição da teoria científica da linguagem humana.